

Comissão Mista não vê saída para dívida ^{Publica}

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ainda não sabe se a Comissão tem poderes para atender à proposta dos 18 governadores do PMDB para a rolagem das dívidas dos Estados. Em no máximo 15 dias, o deputado pretende encontrar a solução para o problema, já que a nova constituição proíbe qualquer alteração na proposta orçamentária do Governo em relação ao serviço das dívidas. Pondera que o assunto tem que ser avaliado "cautelosamente, pois 18 governadores têm um peso político enorme".

Até o final da tarde de ontem, nenhuma das 650 emendas apresentadas à proposta orçamentária do Governo tratava da rolagem da dívida dos Estados. O Orçamento do Governo prevê o pagamento de 25% do total a vencer no próximo ano. Os governadores consideraram a meta "impraticável" e, numa demonstração de força, se reuniram na semana passada para aprovar um documento onde se comprometem a pagar 10% da dívida no ano que vem.

Projeto de lei

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), e o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) aproveitaram o pedido dos governadores na forma de projeto de lei. O deputado Cid Carvalho afirma que

prefere não contar com a tramitação destes projetos para só depois a Comissão tomar uma posição. Para ele "uma coisa não tem nada a ver com a outra", justificando que não se sabe sequer se haverá tempo hábil para a aprovação do projeto antes da conclusão dos trabalhos da Comissão, prevista para o dia 10 de dezembro.

O problema da comissão, na verdade, é tentar solucionar o problema da rolagem da dívida dos Estados antes da apreciação dos projetos pelo plenário. Caso o orçamento seja aprovado como está e, em seguida, passe no Congresso a lei reduzindo o pagamento das dívidas, será criado um impasse jurídico, pois não poderá ser feita qualquer revisão que reduza a dotação orçamentária. A saída mais prática seria a aprovação deste projeto ao Congresso antes da elaboração do relatório final da Comissão. Mas há dúvidas de que até mesmo o peso político dos governadores consiga garantir o **quorum** em plenário às vésperas das eleições municipais ou que garanta a **sanção** por parte do presidente José Sarney.

O deputado Cid Carvalho prefere não discutir qualquer uma destas hipóteses, acrescentando que a questão será fundamental para que a "Comissão reconheça sua soberania e seus limites".
(Carmen Kozak)